

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
Carlos Alberto Richa  
*Governador*

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO  
E COORDENAÇÃO GERAL  
Cassio Taniguchi  
*Secretário*

INSTITUTO PARANAENSE DE  
DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES  
Gilmar Mendes Lourenço  
*Diretor-Presidente*

Emilio Kenji Shibata  
*Diretor Administrativo-Financeiro*

Julio Takeshi Suzuki Júnior  
*Diretor do Centro de Pesquisa*

Daniel Nojima  
*Diretor do Centro Estadual de Estatística*

#### EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti  
*Supervisão editorial*

Ana Batista Martins  
*Diagramação*

Claudia Ortiz  
*Revisão de texto*

Stella Maris Gazziero  
*Projeto gráfico*

## A CONJUNTURA INDUSTRIAL DO PARANÁ EM 2012

*Gilmar Mendes Lourenço\**

A cesta de indicadores industriais do Paraná, disponível predominantemente para o primeiro quadrimestre de 2012, revela alguns movimentos díspares que precisam ser compreendidos e interpretados a partir do exame dos sinais de reprodução, em âmbito estadual, dos desdobramentos do agravamento da instabilidade financeira internacional, das implicações da política macroeconômica brasileira recente e de algumas peculiaridades de natureza estrutural da base produtiva do Estado.

Pelo ângulo das estatísticas da oferta, a Pesquisa Industrial Mensal Regional - Produção Física (PIM-PF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em treze estados com pronunciada densidade industrial no País, aponta desaceleração do ritmo de crescimento das atividades fabris no Paraná entre janeiro e abril do corrente exercício.

Mais precisamente, a velocidade de evolução da produção do parque estadual declinou para pouco mais da metade entre os últimos quatro meses de 2011 e os primeiros de 2012, ou de 11,6% para 6,2%, quando confrontada com idêntico período do ano anterior, contra -1,8% e -2,8%, respectivamente, para a média nacional. Tal desempenho, que retirou o Paraná da liderança no *ranking* brasileiro de 2012, sendo desbancado pela indústria de Goiás, que anotou variação de 17,9%, pode ser atribuído, primordialmente, a três conjuntos de fatores.

Em primeiro lugar, emerge o alcance regional do cenário negativo prevalente no País, acoplado aos impactos da segunda rodada da crise externa – iniciada em 2008 nos Estados Unidos e contagiando, de forma ampliada, a Zona do Euro, que está em franco recrudescimento de um movimento recessivo, em função da necessidade de profundos ajustes nas finanças governamentais, com a arrecadação ladeira abaixo – e à própria orientação macroeconômica restritiva do governo brasileiro até o princípio do segundo semestre de 2011.

---

\* Economista, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Nesse sentido, é fácil perceber a acentuada ascensão do nível de endividamento da população brasileira – cujo comprometimento da renda familiar com o pagamento de juros e amortizações de empréstimos saltou de 19,8% para 22,3% entre dezembro de 2010 e abril de 2012, de acordo com o relatório do Banco Central (BC) –, em um ambiente de encargos financeiros elevados e de restrições ao crédito ao consumidor, o que interferiu negativamente no comportamento dos ramos de veículos, móveis e material elétrico.

Rigorosamente, essa limitação consubstancia a maior absorção do fluxo de caixa mensal das famílias brasileiras para a quitação de dívidas, desde outubro de 2011 (22,4%). Diga-se de passagem, esse parâmetro pode perfeitamente alcançar 40%, se forem incorporados, à sangria dos haveres orçamentários dos consumidores, os parcelamentos dos cartões de crédito.

Em segundo lugar, aparecem os efeitos da queda da renda da cadeia produtiva do agronegócio, afetada pela forte estiagem que assolou especialmente o Paraná e o Rio Grande do Sul, desde o final de 2011. A quebra foi superior a 21% na safra de verão, frente aos 21,3 milhões de toneladas esperados, e as perdas financeiras somaram R\$ 3,4 bilhões, segundo estimativas do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB/Deral).

Isso explica as retrações de produção constatadas nos segmentos de produtos químicos, material de transporte (caminhões, caminhões tratores e chassis) e minerais não metálicos. Cumpre assinalar que o impacto do decréscimo do *quantum* do agro foi, em grande medida, neutralizado pela recuperação da renda rural, afetada positivamente pela subida das cotações das *commodities* agrícolas e pelo recente movimento de apreciação do dólar nos mercados mundiais.

Como terceiro componente do menor fôlego da produção manufatureira paranaense, no princípio de 2012, surge o efeito base de comparação, manifestado na enorme velocidade de crescimento apresentada em 2011, além da diminuição ou mesmo paralisação temporária das atividades de algumas importantes empresas do segmento metalmeccânico, em decorrência da acumulação de estoques devido ao panorama de encurtamento da demanda externa e interna.

Em sentido semelhante, o faturamento real do setor secundário, mensurado por pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), experimentou avanço de apenas 0,3% no lapso de tempo entre janeiro e abril de 2012, contra 2,2% para o Brasil, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), fortemente influenciado pelas vendas ao exterior (8,2%). Isso porque a comercialização dentro do Estado caiu -7,2%, e aquela realizada com o resto do Brasil acusou discreta elevação de 2,1%, devido à operação desfavorável das cadeias ligadas ao agronegócio e a material de transporte.

Paradoxalmente, pelo prisma da demanda, ou mesmo do uso dos fatores de produção, os dados relativos ao mercado de trabalho industrial no Paraná, para o período em pauta, elaborados a partir da Pesquisa Mensal de Emprego e Salário (PIMES), aplicada pelo IBGE em dez unidades federativas do País, exibem uma imagem de intensificação da conjuntura virtuosa, experimentada pelo setor fabril do Estado desde o princípio de 2011.

Tanto é assim que a indústria paranaense foi a mais dinâmica do País em emprego e renda nos primeiros quatro meses do ano. O volume de postos de emprego subiu 4,0%, *versus* recuo de -0,9% para a média brasileira, e a renda proveniente dos salários experimentou expansão de 11,4% *versus*

4,5% no País. Os ramos que apuraram substancial crescimento dos níveis de emprego e rendimentos foram máquinas e aparelhos elétricos, meios de transporte, refino de petróleo e álcool, alimentos e bebidas, têxtil, produtos químicos e minerais não metálicos. Nesta base de cotejo, o Paraná situou-se na segunda posição no País em horas pagas (1,8% contra -1,4% para o Brasil), atrás de Minas Gerais e empatado com Pernambuco.

No contingente empregado anual (indicador acumulado em doze meses até abril de 2012), o parque manufatureiro estadual também liderou o *ranking* do País (crescimento de 5,6%, *versus* -0,1% para o Brasil), sustentado em máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos e de comunicações (37,4%), alimentos e bebidas (14,9%), meios de transporte (10,4%), outros produtos (9,6%), metalurgia (8,1%), têxtil (7,1%) e minerais não metálicos (5,9%).

Em folha de pagamento real, o Estado manteve o segundo lugar no índice anual (10,9% *versus* 3,8% no Brasil), atrás apenas de Pernambuco (12,3%). As maiores variações aconteceram em máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos e de comunicações (43,1%), meios de transporte (18,8%), outros produtos (18,4%), alimentos e bebidas (15,7%) e metalurgia (11,1%). Na variável horas pagas, com acréscimo de 0,9%, contra queda de -0,8% no Brasil, o Paraná assegurou a terceira colocação entre os estados pesquisados, atrás de Pernambuco e Minas Gerais.

No tocante ao emprego com carteira assinada, a indústria de transformação do Estado criou mais de 22 mil vagas entre janeiro e maio de 2012, o que representou incremento de 3,2% em relação a idêntico intervalo de 2011, *versus* 1,4% para o País, e 19% do total gerado em âmbito nacional, conforme levantamento do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O volume de vendas do comércio varejista paranaense, no conceito ampliado (incluindo veículos, motos e material de construção), aumentou 9,3% no primeiro quadrimestre de 2012, representando o melhor desempenho do Sul e do Sudeste brasileiros, e bastante acima da média nacional (6,2%), determinado pelos segmentos de artigos farmacêuticos e de perfumaria (24,6%), artigos de uso pessoal e doméstico (21,8%), móveis e eletrodomésticos (21,2%), hipermercados e supermercados (15,5%) e material de construção (10,1%).

A performance anual, ou dos doze meses encerrados em abril de 2012, retrata aumento de 8,8% na comercialização das unidades varejistas no Paraná, *versus* 6,0% para o Brasil, o que significou a preservação da liderança entre os estados mais desenvolvidos do País, ancorada em móveis e eletrodomésticos (19,4%), artigos farmacêuticos e de perfumaria (19,3%), artigos de uso pessoal e doméstico (12,7%), equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (12,5%), material de construção (11,8%) e hipermercados e supermercados (9,7%).

Em síntese, é interessante sublinhar que o menor ímpeto da produção industrial paranaense, retratada neste 2012 e encaixada na trajetória revelada pelo País, é resultado de fatores pontuais e transitórios, ou ajustes de curto prazo promovidos pelas empresas, que devem ser revertidos rapidamente, a partir dos impactos da política macroeconômica de redução dos juros, ampliação da oferta de crédito e desoneração tributária, definida pelo governo federal.

Por seu turno, a persistência do quadro positivo esboçado pelas variáveis nível de emprego e de rendimentos advém do desempenho bastante favorável das atividades articuladas à agroindústria,

metalmecânica, petroquímica e construção civil, reflexo de apostas, das organizações industriais, na impulsão da rentabilidade dos negócios em médio e longo tempo, otimizadas pela construção e consolidação de um ambiente para a designação de prioridades e execução de ações políticas, de maneira compartilhada entre agentes públicos e demais atores sociais regionais.

Até porque o vigor exposto pelo comércio varejista paranaense reproduz, essencialmente, a orientação macroeconômica de flexibilização do crédito, produzida pelo BC desde agosto de 2011, e o acentuado dinamismo do mercado de trabalho regional, que vem expressando significativos incrementos de ocupação e de remuneração, o que minimizaria a barreira às compras representada pela elevação do endividamento e da inadimplência dos consumidores.

Conforme a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), efetuada em parceria entre IBGE e IPARDES, a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) apresentou, em maio de 2012, o segundo menor desemprego e o maior salário médio entre as sete RMs acompanhadas pela entidade nacional. Mais precisamente, enquanto a taxa de desocupação ficou em 4,6% da População Economicamente Ativa (PEA), praticamente empatada com Porto Alegre (4,5%), contra 5,8% para o País, o rendimento médio mensal foi de 1.857,30 – 7,6% acima da média brasileira.

Trata-se de resultados que proporcionam o delineamento de parâmetros de uma tendência estrutural animadora, que deve ser intensificada com a maturação dos investimentos de R\$ 16,5 bilhões, anunciados pela iniciativa privada multinacional e nacional no Estado, desde o começo de 2011, abrangidos no Programa Paraná Competitivo. Estes superam as cifras divulgadas durante o intervalo 2003-2010 e carregam o potencial de geração de mais de 70 mil empregos diretos, indiretos e pelo efeito renda.